



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



SOLICITAÇÃO ELETRÔNICA DE CONTRATAÇÃO Nº TRF2-SEC-2023/00057

Fundamentação	
Objeto: Aquisição de 12 (doze) cones de sinalização e segurança viária	
Justificativa da Necessidade: Para realizar a sinalização e acatamento de vagas externas e internas destinadas aos magistrados do TRF2.	
Resultados Esperados: Separação e sinalização de área exata de desembarque e embarque da autoridade no veículo, diminuindo sua exposição a possíveis eventos danosos à sua imagem e integridade física	
Informações Gerais	
Unidade Gestora:	090028 - TRF2
Centro de Custo:	Departamento de Segurança Institucional - DSEI
Unidade Responsável:	Gabinete de Segurança Institucional da Justiça Federal da 2ª Região - GSI
Unidade Demandante:	Gabinete de Segurança Institucional da Justiça Federal da 2ª Região - GSI
ID no SIGA-GO: 42	Código SIASG: 925129
Ata de Registro de Preço:	Não
Despesa realizada no Exercício Vigente:	Não informado
Valor a ser aplicado no Exercício Vigente:	R\$ 1.860,00
Contratação com Critérios de Sustentabilidade:	Sim
Objeto de Contratação novo:	Sim
Documento Capturado no Termo de Referência (objeto desta SEC):	TRF2-TER-2023/00061
Bem ou Serviço Comum:	Sim
Informações de Contratação:	
Despesa Continuada : Não	
Documentos/Informações em Anexo à Presente Solicitação	
<input type="checkbox"/> Estudos Preliminares <input type="checkbox"/> Documento Oficial de Demanda (DOD) <input type="checkbox"/> Estratégia da Contratação <input type="checkbox"/> Análise de Risco <input type="checkbox"/> Análise de Viabilidade <input type="checkbox"/> Plano de Sustentação <input type="checkbox"/> Pesquisa de Preços <input checked="" type="checkbox"/> Termo de Referência <input type="checkbox"/> Projeto Básico <input type="checkbox"/> Cronograma de Execução com Principais Entregas (Produtos/Serviços)	

DECLARO que o Parecer da AJUC, alusivo à contratação anterior, identificado no SIGA-Doc sob o nº e alusivo ao Processo de Execução Orçamentária nº, foi rigorosamente observado quando da elaboração do Termo de Referência objeto desta SEC, identificado no SIGA-Doc sob o nº Sim (ressalvadas as alterações informadas no campo **Informações Gerais**).

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

- assinado eletronicamente -

JEFFERSON MOREIRA DE OLIVEIRA
Vice-Diretor Executivo, de Operações e Articulação Institucional
Gabinete de Segurança Institucional-TRF2

Classif. documental

30.01.01.03



TRF2SEC202300057A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº TRF2-TER-2023/00061

01. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 - Especificações Técnicas

1.1.1- Objeto: Aquisição de 12 (doze) cones de sinalização e segurança viária

1.1.2 - Desempenho: Atender à Norma ABNT NBR 15.071/2015 e NBR 14.644/2013

1.1.3 - Composição: PVC flexível

1.1.4 - Resistente às intempéries climáticas e proteção contra raios UV

1.1.5 - Cor: Laranja fluorescente

1.1.6 - Deverá possuir 02 (duas) faixas refletivas na cor branca tipo colmeia, confeccionadas em PVC micro prismático, com tamanho mínimo de 10 cm de largura cada

1.1.7 - Fixação das faixas: Fixadas ao cone através de pontos de solda eletrônica (evita enrugamento da faixa)

1.1.8 - Deverá possuir orifício no topo para encaixe de “porta-tudo”

1.1.9 - Deverá possuir 02 (duas) aberturas laterais na parte superior para o uso de fita zebreada, corda ou corrente

1.1.10 - Altura: mínima:75 cm / máxima:76 cm

1.1.11 - Dimensão da base: 40 x 40cm

1.1.12 - Possui 8 sapatas (pé de apoio) em sua base, para melhor sustentação e escoamento da água

1.1.13 - Peso: mínimo: 3,0 Kg / máximo: 4,0 Kg

1.1.14 - Próprio para utilização em área externa e interna

1.1.15 - No corpo do cone deverão estar gravadas as seguintes informações: nome do fabricante, lote de fabricação e o atendimento à norma NBR 15.071

1.1.16 - Entre as faixas refletivas, deverá possuir a inscrição TRF2, na cor branca, em relevo, de forma indelével com aproximadamente 18 cm de largura por 5 cm de altura

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.1.17 - Deverão ser constituídos de peça única, não se permitindo a utilização de lastro acoplável

1.1.18 - Deve possuir flexibilidade tal que, quando sob impacto do tráfego for solicitado a dobrar a 90º, não apresente ruptura e volte a posição inicial por si mesmo, sem apresentar deformações permanentes

1.2 - Prazo de entrega do material

1.2.1 - O prazo para entrega do material será de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

1.3 - Metas Físicas

1.4.1 - Melhoria na sinalização temporária, canalizando e direcionando o tráfego e a ocupação de vagas de estacionamento externo e nos 4 pavimentos de garagens do TRF

1.5 - Do Recebimento do objeto

1.5.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

1.5.1.1 - Provisoriamente – de forma sumária, mediante recibo aposto no documento fiscal, por responsável pelo acompanhamento e fiscalização, imediatamente após efetuada a entrega do material para efeito de posterior verificação da conformidade das mesmas com as especificidades do Pregão.

1.5.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

1.5.1.3 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

1.5.1.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

1.5.1.5 - O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.6 - Indicação dos locais de entrega recebimento

1.6.1 - O material deverá ser entregue na Seção de Almoxarifado /Divisão de Patrimônio e Almoxarifado, localizada na Rua do Acre, 80- sala 305, Centro – Rio de Janeiro, das 10 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira.

1.6.2 - A entrega deverá ser agendada com antecedência através dos telefones: (21) 2282-8279 / 2282- 8264 / 2282-8234.

1.7 - Obrigações da Contratada

1.7.1 - Fornecer material novo, embalado e em condições de uso imediato, com as mesmas características solicitadas.

1.7.2 - O material contratado deverá ser fornecido em embalagem original do fabricante, contendo a identificação do conteúdo e da quantidade.

1.7.3 - Prazo de entrega determinado no item 1.2.1

1.8 - Amostra

1.8.1 - Não será exigida a entrega de amostras.

02. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 - Para realizar a sinalização e acautelamento de vagas externas e internas destinadas aos magistrados do TRF2.

2.2 - O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1 - Id do item no PCA: 42

2.2.2 - Classe/Grupo: Não continuado

03. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 - Objeto: Aquisição de cones de sinalização flexíveis, emborrachados.

3.2 - Justificativa da escolha: A aquisição se mostra vantajosa, levando-se em conta a expectativa de durabilidade dos cones de sinalização, o custo de aquisição por unidade e a grande oferta no mercado.

3.3 - O objeto deste Termo de Referência não contempla a assunção de obrigações futuras.

04. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Sustentabilidade:

4.1 - O objeto da contratação possui os seguintes critérios de sustentabilidade a serem atendidos:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

4.1.1 - o acondicionamento do material deverá ser em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.2 - Tendo em vista a grande oferta do material no mercado e a baixa complexidade, não será indicada marca ou modelo específico.

4.3 - Da Garantia da contratação

4.3.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação.

05. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):

5.1 - A aquisição dos cones de sinalização tem por objetivo um melhor controle de tráfego e sinalização temporária de áreas de estacionamento internas e externas.

5.2 - Esta aquisição encontra-se dentro dos critérios de sustentabilidade, com a realização do descarte correto de embalagens.

06. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6 - DAS SANÇÕES

6.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

6.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

6.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

6.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

6.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

6.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

6.1.9 - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

6.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

6.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

6.2.1 - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 6.1.2, 6.1.3, 6.1.4, 6.1.5, 6.1.6 e 6.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 6.1.8, 6.1.9, 6.1.10, 6.1.11 e 6.1.12 acima, bem como nos subitens 16.1.2, 6.1.3, 6.1.4, 6.1.5, 6.1.6 e 6.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 6.2.2.

6.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos ficará impedido pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.2.4 - **Multa:**

6.2.4.1 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.

6.2.4.2 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

6.2.4.3 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

6.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

6.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

6.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

6.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

6.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, conforme previsão em normativo interno do TRF - 2ª Região, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

6.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

6.4.7 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-_____, de _____;

6.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133 /2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

6.6.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

6.6.2 - as peculiaridades do caso concreto;

6.6.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.6.4 - os danos que dela provierem para o Contratante;

6.6.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

6.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

6.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.

6.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei;

6.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

07. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor do Contrato, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior ou igual a R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil e vinte reais e quarenta e um centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis, para valor superior a R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil e vinte reais e quarenta e um centavos), a contar do atesto do

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

documento fiscal aposto pelo gestor do Contrato (para efeito de valor, vide o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto nº 10.922/2021);

7.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

7.1.2 - Para fins do disposto no item 7.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

7.2 - O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues na Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado, localizada na Rua Acre, nº 80/sala 305 – Centro – Rio de Janeiro, das 10 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira;

7.2.1 - A entrega deverá ser agendada com antecedência através do telefone (21) 2282-8234 ou 2282-8264, ou do e-mail salmox@trf2.jus.br .

7.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

7.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015;

7.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

7.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

7.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 7.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

7.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

7.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 15.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

08. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1 - A modalidade indicada para a aquisição pleiteada é a de dispensa de licitação por menor preço, tendo em vista o valor obtido após pesquisa no mercado, que ficou abaixo do valor mínimo indicado para a realização de licitação.

09. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1 - Para obtenção de propostas para o cálculo da estimativa do valor da contratação, foi acessada a página https://safeparksinalizacao.com/produtos/detalhes/cone-flexivel-nbr-15071-75cm/?utm_term=&campaignid=18271041256&adgroupid=&adid=&targetid=&gclid=EAlalQobChMI4-Pp7JbN_QIVpRStBh21MQITEAQYBCABEgJX-_D_BwE, conforme documentos TRF2-CAP-2023/05394.

9.2 - O valor unitário para aquisição foi de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais)

9.3 - O valor estimado da contratação é de R\$ 1.860,00 (mil oitocentos e sessenta reais).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 - A cota orçamentária para a aquisição dos cones de sinalização foi aprovada na Proposta Orçamentária de 2023, conforme processo TRF2-ADM-2023/00047.

11. ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

11.1 - Devido à natureza da aquisição, não se aplica o IMR ao objeto deste termo de referência.

12. ANÁLISE DE RISCOS:

12.1 - A contratação apresenta riscos comuns no curso do referido processo, até a sua formalização, sendo:

12.1.1 - RISCO 01	Risco	Atraso ou suspensão no processo de contratação	
	Probabilidade	Baixa	
	Impacto	Médio	
	Dano 1	Não disponibilização de cones para sinalização que importará na falta de vagas para estacionamento dos magistrados em áreas externas.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

12.1.2 - RISCO 02	4	Tramitação de forma célere	Setores envolvidos
	Risco	Não atendimento do objeto contratado	
	Probabilidade	Média	
	Impacto	Médio	
	Dano 2	Mal funcionamento do dispositivo	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	4	- Elaboração de termo de referência com clareza na especificação das características exigidas;	Setor solicitante da contratação

13. ANEXOS:

13.1 - TRF2-CAP-2023/05394 - Orçamento da empresa Safe Park
 Sinalização

Rio de Janeiro, 11 de março de 2023.

GIANCARLO SANT'ANA SANCHES
 Supervisor(a)
 SEÇÃO DE OPERAÇÕES